TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O **MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO** E A EMPRESA **MUNDUS COMERCIAL LTDA.**

CONTRATO Nº INEX290/2025

O **MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 13.635.016/0001-12 com sede à Praça Visconde de Porto Seguro, Estado da Bahia, CEP: 45.810-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação Srº.**LUIZ FERNANDO CERQUEIRA LEAL**, doravante denominado **CONTRATANTE,** e a empresa, **MUNDUS COMERCIAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o **nº 48.288.298/0001-03**, estabelecida na Rua Rui Barbosa 156 Centro Itabuna/BA CEP:45600-221 e-mail: editoramundus@gmail.com telefone:73982569667, por seu representante legal, **JEFFITON HELDER PORTO SANTOS**, CPF: 357.668.835-87, conforme procuração da empresa apresentada nos autos, entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para fornecimento, vinculado ao **Processo Administrativo nº 6.533/2025, INEXIGIBILIDADE nº290/2025** autorizado pela autoridade competente, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e notadamente o Art. 74, I e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO EDUCACIONAL DESTINADA A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS E APOIO NA PREPARAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS (SAEB) PARA ALUNOS, PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO/BA.

1.2 Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	SÉRIE/ANO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO MATEMATICA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-498-7; 1 APT ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-416-1; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO MATEMATICA CAD 2 AL – ISBN978-65-6085-496-3; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 AL - ISBN978-65-6085-413-0.	4O ANO	2719	R$ 508,00	R$ 1.381.252,00
2	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO MATEMATICA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-492-5; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-406-2; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO MATEMATICA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-493-2; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-407-9.	6O ANO	2722	R$ 508,00	R$ 1.382.776,00
3	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-490-1; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO MATEMATICA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-402-4; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-491-8; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO MATEMATICA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-403-1	7O ANO	2388	R$ 508,00	R$ 1.213.104,00

4	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO MATEMATICA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-488-8; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 AL ISBN978-65-6085-398-0; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO MATEMATICA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-489-5; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 AL ISBN978-65-6085-399-7.	8O ANO	2125	R$ 508,00	R$ 1.079.500,00
5	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO MATEMATICA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-478-9; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-414-7; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO MATEMATICA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-476-5; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL I PREPARA 3.0 SOMOS 4º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-411-6.	4O ANO	50	R$ 508,00	R$ 25.400,00
6	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO MATEMATICA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-472-7; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-404-8; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO MATEMATICA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-473-4; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 6º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-405-5.	6O ANO	50	R$ 508,00	R$ 25.400,00
7	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-471-0; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO MATEMATICA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-400-0; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-469-7; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 7º ANO MATEMATICA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-401-7.	7O ANO	20	R$ 508,00	R$ 10.160,00
8	KIT DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL: 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO MATEMATICA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-470-3; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 1 PR ISBN978-65-6085-396-6; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO MATEMATICA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-467-3; 1 APT B2G ENS. FUNDAMENTAL II PREPARA 3.0 SOMOS 8º ANO LINGUA PORTUGUESA CAD 2 PR ISBN978-65-6085-397-3.	8O ANO	28	R$ 508,00	R$ 14.224,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 5.131.816,00 (CINCO MILHÕES, CENTO E TRINTA E UM MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS)					

1.3 . **Especificações Técnica dos livros**:

1.3.1. A solução educacional deverá ser composta de um conjunto de materiais didáticos impressos e digitais, integrados a uma plataforma digital e acompanhados de serviço de avaliação.

1.3.2. A solução deverá contar com Material didático integrado que aborda:

- Habilidades e objetos de conhecimento básicos, em língua portuguesa e matemática;
- Atividades e conteúdos essenciais para recomposição da aprendizagem de anos anteriores (foco nas habilidades obrigatórias por ano);
- Atividades organizadas para preparar estudantes para os exames do SAEB.

Material do Aluno: 4º, 6º 7º e 8º anos do Ensino Fundamental

1.3.3. Material didático: impresso e digital com o componente curricular **Língua Portuguesa**, consumível; remessa anual, organizado em 02 (dois) volumes; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do

miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total, abordando:

1.3.4. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

1.3.5. O material do aluno deverá contar com uma criteriosa organização de objetos de conhecimentos, temas e habilidades estruturados de acordo com a Matriz SAEB de Língua Portuguesa mais atualizada.

1.3.6. A disposição curricular dos temas, as habilidades e as atividades terão que promover a sistematização das experiências do aluno, para que realize os exames do Saeb com êxito.

1.3.7. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica.

1.3.8. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de recomposição de aprendizagens, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

1.3.9. Material didático: impresso e digital com o componente curricular Matemática; consumível; remessa anual, organizado em 02 (dois) volumes, formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total., abordando:

1.3.10. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

1.3.11. O material do aluno deverá contar com uma criteriosa organização de objetos de conhecimentos, temas e habilidades estruturados de acordo com a Matriz SAEB de Matemática mais atualizada.

1.3.12. A disposição curricular dos temas, as habilidades e as atividades terão que promover a sistematização das experiências do aluno, para que realize os exames do Saeb com êxito.

1.3.13. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica.

1.3.14. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de recomposição de aprendizagens, considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

4º, 5º, 6º e 8º ano do Ensino Fundamental (Material do Professor)

1.3.15. Material didático (professor): impresso e digital com componente curricular Língua Portuguesa; consumível; remessa anual, organizado em 02 (dois) volumes; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total., abordando:

1.3.16. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para o ensino fundamental.

1.3.17. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica e uma seção específica para a recomposição de aprendizagens para recuperação das defasagens dos alunos.

1.3.18. O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

1.3.19. O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

1.3.20. O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades de recomposição de aprendizagem e as habilidades SAEB por eixo cognitivo que serão trabalhadas

1.3.21. Material didático (professor): impresso e digital com o componente curricular Matemática; consumível; remessa anual, organizado em 02 (dois) volumes, formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em vemiz UV total., abordando:

1.3.22. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para o ensino fundamental.

1.3.23. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica e uma seção específica para a recomposição de aprendizagens para recuperação das defasagens dos alunos

1.3.24. O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

1.3.25. O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

1.3.26. O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades de recomposição de aprendizagem e as habilidades SAEB por eixo cognitivo que serão trabalhadas.

1.3.27. Plataforma Digital - Deverá ser disponibilizado pela empresa acesso a uma plataforma educacional de aprendizagem para estudantes, docentes e gestores, contemplando as seguintes funcionalidades:

1.3.28. Possibilitar a integração com o Portal da Secretaria de Educação ou ERP local, no que se refere aos usuários e aos dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e das atividades realizadas.

1.3.29. Essa integração deverá possibilitar, também, o fluxo de informações do portal local para a plataforma.

1.3.30. Disponibilizar API (application programming interface) para integração com o portal da Secretaria de Educação, permitindo que os usuários possam acessar as plataformas da contratada sem novo processo de identificação (single sign-on).

1.3.31. A API deverá ser capaz de exportar dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas para o portal local, além de diversos objetos educacionais digitais, como áudios, infográficos, vídeos, jogos.

1.3.32. Permitir acesso ao material didático (o mesmo material impresso) em formato digital, acessível a qualquer hora e lugar; por meio de logins únicos com acesso ao conteúdo didático, além de permitir a realização de aulas remotas (aulas online), atividades, provas e simulados e apoio para dúvidas.

1.3.33. Disponibilizar, no mínimo, 10 mil recursos pedagógicos digitais como itens, exercícios avaliativos, vídeos, textos, infográficos e simuladores.

1.3.34. Permitir planejamento e intervenções pedagógicas baseadas em dados; acesso a relatórios constantes de engajamento, atividades e simulados; Acesso a ferramenta de comunicação;

1.3.35. Oferecer atendimento direto pela equipe de suporte aos usuários na própria plataforma em caso de dúvidas e dificuldades técnicas. Disponibilizar treinamentos e materiais de apoio aos docentes e gestores.

1.3.36. Oferecer acesso rápido de tutoriais de utilização, com passo a passo para realizar as principais ações na plataforma.

1.3.37. Disponibilizar acesso às perguntas e respostas frequentes, onde o usuário encontrará respostas para as dúvidas mais comuns sobre a utilização da plataforma.

1.3.38. Disponibilizar ferramentas de acessibilidade, conforme parâmetros estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão.

1.3.39. A plataforma educacional digital deverá disponibilizar os seguintes conteúdos, de forma hierarquizada em níveis variados de acesso para estudantes, docentes, coordenadores e gestores:

1.3.40. Sistema de navegação linear, correlacionando os diversos conteúdos digitais educacionais disponíveis na plataforma com planos de aula/atividades que contextualizem tais elementos à proposta curricular do material didático, assim como sistema de navegação não linear que permita a exploração de diferentes situações propostas.

1.3.41. Conteúdo audiovisual como, podcasts, animações, animações 3D, slideshow, animações em stopmotion, que apresente nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, adequadas à faixa etária do aluno;

1.3.42. Vídeos, que empreguem situações, personagens e contexto adequados à faixa etária dos alunos a que se destinam e ajustados ao tema da situação de aprendizagem;
1.3.43. Banco de questões que deve conter, questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito;
1.3.44. Ferramentas que permitam ao professor ou ao gestor a criação de atividades específicas, assim de aulas personalizadas e o compartilhamento destes recursos com a comunidade escolar.

GOOGLE MEET - Recursos para Aula Digital

1.3.45. Funcionalidade que deve abranger:
1.3.46. Integração com o Google Meet para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.
1.3.47. Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.
1.3.48. Contas Google vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.
1.3.49. Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.
1.3.50. Possibilidade de convidar pessoas com contas Google (Gmail ou G Suite), permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.
1.3.51. Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do Jamboard, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

Plataforma de Correção e Devolutivas Automatizadas de Redações.

1.3.52. Deverá ser disponibilizado para os alunos e professores, acesso a uma plataforma de correção e devolutiva automatizada de redações com funcionalidades descritas abaixo:
1.3.53. Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online.
1.3.54. Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online e correção por meio da Inteligência Artificial da Plataforma.
1.3.55. Por meio da plataforma, as redações deverão ser corrigidas utilizando uma ferramenta que auxilie e direcione a avaliação e a distribuição das notas dentro de uma grade detalhada. Os desvios devem ser minimizados e a nota geral, assim como a pontuação de cada competência deve ser objetiva e explícita, permitindo que o aluno priorize o estudo dos pontos mais críticos e evolua rapidamente.
1.3.56. Correção detalhada e estruturada
1.3.57. Nota total
1.3.58. Nota por eixo ou competência:
1.3.59. Análise geral resumindo a correção;
1.3.60. Comentários na redação: Indicação de erros e sugestões de melhorias no corpo da redação para os pontos mais críticos do aluno;
1.3.61. Acompanhamento de resultados
1.3.62. Base de dados com informações detalhadas e estruturadas:
1.3.63. Evoluções de notas, competências e incidência de erros. Visão por aluno, turma ou por escola inteira;
1.3.64. Avaliação objetiva de critérios detalhados de língua portuguesa.
1.3.65. Prazo estipulado para a devolutiva: máximo 7 dias úteis;
1.3.66. Controle da programação das tarefas pelo professor, como a definição de gêneros, temas e prazos;
1..1. Possibilidade de redação digitada das redações no computador, tablet ou smartphone;
1.3.67. Fornecimento de dados para identificar quais os pontos fracos da turma e direcionar seu planejamento para enfrentá-los e desenvolvê-los junto a seus alunos. Gráficos que apontam para questões linguísticas específicas, como

1.3.93. A plataforma deverá permitir a emissão relatórios de engajamento, que evidenciam a utilização da plataforma pela escola, por público (professores e alunos), de forma individual ou de forma separada, por turma e por componente curricular.
1.3.94. Os relatórios devem permitir o acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos.
1.3.95. Os relatórios das avaliações devem ser processados segundo a Teoria Clássica dos Testes - TCT para disponibilizar a porcentagem de acertos do aluno na área de conhecimento, bem como em cada componente curricular.
1.3.96. Apresentar os relatórios analíticos, considerando as escalas de proficiência construídas, em formas descritiva e gráfica contendo sínteses das conclusões das análises, por etapa letiva; unidade escolar; ano de ensino e por componente curricular avaliado;
1.3.97. Entregar os resultados por meio e formato digital, com a possibilidade de impressão, incluindo os arquivos de microdados acompanhados de dicionário com descrição detalhada das variáveis – que deverão ser gerados e entregues à Secretaria de Educação de forma que garanta a integridade e o sigilo das informações que passarão a ser de posse e domínio da Secretaria de Educação;
1.3.98. Realizar análise estatística das alternativas de cada uma das questões aplicadas na avaliação da educação básica, com percentuais de acertos e erros, indicando aquelas que representaram maior facilidade e/ou dificuldade para os estudantes
1.3.99. Disponibilizar os resultados das unidades escolares na própria plataforma para acesso com níveis hierárquicos para visualização de gestores, equipe escolar e estudantes;
1.3.100. Entende-se como nível de acesso a permissão para visualização dos relatórios, os 5 (cinco) perfis distintos de acesso, a saber:
1.3.101. Secretário de Educação: acesso aos dados da rede de forma individual (por escola), consolidada. Visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da rede por aluno, por série, por etapa e por escola, além dos dados de forma consolidada.
1.3.102. Gestores escolares (diretor/coordenador): visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes das escolas por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.
1.3.103. Docentes: visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da escola por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.
1.3.104. Estudantes: realização de avaliações, visualização e realização das atividades indicadas pela plataforma e pelo professor e visualização do seu desempenho.
1.3.105. Entende-se como nível de agrupamento a apresentação dos relatórios conforme grupos de análise pré-definidos:
1.3.106. Individual: apresentação dos relatórios individuais;
1.3.107. Turma: apresentação dos relatórios agregados por turma;
1.3.108. Escola: apresentação dos relatórios agregados por escola;
1.3.109. Secretaria de Educação: apresentação dos relatórios agregados por escola
1.3.110. Avaliações de Larga Escala.
1.3.111. 3.42.1. Avaliações para o Ensino Fundamental:
1.3.112. Elaboração de cadernos de provas modelo Saeb para o Ensino Fundamental; 2 (duas) aplicações organizadas em dois blocos: língua portuguesa e matemática.
1.3.113. Estrutura das questões: por 4 e 5 alternativas para Ensino Fundamental, tendo apenas um gabarito.
1.3.114. Os distratores e os gabaritos deverão apresentar resolução comentada enviada em arquivo digital PDF.
1.3.115. A matriz da avaliação deverá estar ligada às matrizes do Saeb vigentes, de forma que para os anos intermediários, as habilidades serão adaptações das habilidades Saeb dos anos finais de ciclo.
1.3.116. A aplicação presencial e impressa. Após a aplicação, a rede será responsável pela leitura (em impressora/scaner comum ou celular) e subir os cartões na plataforma.
1.3.117. A responsabilidade da contratada será restrita à elaboração das questões, envio do material impresso, orientação para aplicação e elaboração dos relatórios de resultados.

1.3.118. A correção será realizada utilizando a TCT (Teoria Clássica de Testes) ou TRI (Teoria de Resposta ao Item).
1.3.119. Avaliações de Aprendizagem
1.3.120. Objetivo: retomada dos conteúdos dentro do processo de aprendizagem. Além disso, possibilita a intervenção pedagógica ao longo do período de aprendizagem, pautadas nos assuntos abordados no material elaboradas em habilidades.
1.3.121. Deverão ser disponibilizadas avaliações em formato digital, cabendo à escola decidir por sua aplicação ou não.
1.3.122. A responsabilidade da contratada será restrita à elaboração das questões.
1.3.123. A correção da avaliação será em TCT (Teoria Clássica de Testes).
1.3.124. As avaliações com as questões em formato fechado, isto é, questões de múltipla escolha com 4 alternativas, sendo uma delas o gabarito.
1.3.125. . **Assessoria Pedagógica**
1.3.126. 3.43.1. A assessoria pedagógica deverá consistir em ações de apoio técnico-pedagógico a toda a rede e deverá ter um plano de trabalho construindo a partir das necessidades mais específicas da rede, com cronograma a ser definido em acordo com a Secretaria de Educação.
1.3.127. Implantação Material didático: Apresentação detalhada do material, com suas respectivas metodologias e seus aspectos técnicos.
1.3.128. Implantação da Plataforma: Apresentação da plataforma e todos os recursos disponíveis para equipe de apoio a tecnologia e coordenações.
1.3.129. Devolutivas de avaliações: Apresentação dos resultados gerais da avaliação e sugestão de pontos de atenção e evoluções.
1.3.130. Deverá ainda ser fornecido para professores e gestores, cursos de formação continuada com certificação, na modalidade EAD (ensino a distância), com carga horária mínima de 30 horas por curso.
1.3.131. Os cursos deverão contemplar assuntos de formação global e práticas de sala de aula como: desafios da gestão escolar, libras, inclusão, educação antirracista, neurociência e socioemocional, entre outros temas.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01(ano) meses contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O fornecimento contratado será realizado por execução indireta.
3.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
a) Localidade; No Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, Avenida Jorge Amado, nº 750, Condomínio Fortaleza, Galpões 1 e 2, bairro: Parque Ecológico João Carlos, Porto Seguro – Bahia.
b) Dias e horários da entrega; segunda as Sexta Feiras das 08:00 as 14:00 Hrs
c) Periodicidade do fornecimento Entrega Única.
3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
3.4. A CONTRATADA deverá executar o fornecimento utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Unidade Solicitante.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6 A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelos servidores indicados pela secretaria municipal de Turismo, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-lós com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

5.7 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.10No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.11O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

5.12O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-ló com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.13A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

5.14O gestor do contrato, será o servidor indicado pela secretaria municipal de Turismo, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

5.15O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

5.16O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-ló na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1 O valor total da contratação é de **R$ 5.131.816,00 (Cinco milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e dezesseis reais).**

6.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito: **BANCO: SICREDI-748 AGENCIA Nº:2103 CCORRENTE Nº:15455-5, em nome da empresa MUNDUS COMERCIAL LTDA.**

6.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.4 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Do recebimento

7.1 O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **de 02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30(trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13 A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/ contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Forma de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado em até 30(trintas) dias posterior a execução do contrato. Após apresentação da nota fiscal pela empresa contratada e atesto do setor competente, em conformidade com a legislação vigente. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20 A contratada deverá discriminar as despesas com serviços de terceirização de mão de obra, a nota fiscal deverá estar acompanhada de uma planilha discriminando, de forma individualizada, o item, a descrição, os valores e respectivos percentuais dos insumos e da mão de obra, de conformidade com as cláusulas constantes no Contrato, cuja inobservância implicará na apropriação, pelo Tribunal de Contas, do total da despesa como sendo de pessoal, conforme art. 1° da Orientação Normativa - IN 02/2018, art. 4°, §3°, alínea "h" da Resolução nº 1.060/2005 do TCM/BA, Resolução nº 1.323/2013 TCM/BA, art. 13, inciso XI da Resolução TCM/BA nº 1379/2018 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

7.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou IGPM (Índice Geral de Preços), a critério da administração de correção monetária.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.24 Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

7.25 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

7.26 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTARIA	PROJ/ATIV	ELEMENTO	FONTE
FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO	2054 - FUNCIONAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90.30	15001001/ 15400000

9.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1 A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

10.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

10.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

10.1.6. Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

10.1.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 c/c os arts. 7°, III e 14, IV da Lei n° 14.133/21;

10.1.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.1.12. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

Assegurar à CONTRATANTE:

10.1.13. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo

à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.14. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

10.1.15. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência;

10.1.16. Os termos indicados na proposta vinculam a referida contratação.

10.2 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do contrato;

10.2.2. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

10.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.2.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.2.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

10.2.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.

10.2.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.2.9. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.2.10. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.2.11. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

10.2.12. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.2.13. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.2.14. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.2.15. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.2.16. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.2.17. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.2.18. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.2.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.2.20. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.2.21. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.2.22. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DA GARANTIA DO PRODUTO (art. 92, XII e XIII)

11.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

11.3 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.4 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

11.5 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

11.6 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

11.7 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

11.8 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

11.9 O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto;

11.10 A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos, constando a descrição do problema

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) compensatória de .30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.15 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1 É vedado ao CONTRATADO:

14.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.263/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, **segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO E CONDIÇÕES GERAIS

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Seguro/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Seguro/Bahia, em 10 de DEZEMBRO de 2025.

LUIZ FERNANDO CERQUEIRA LEAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

gov.br Documento assinado digitalmente
JEFFITON HELDER PORTO SANTOS
Data: 10/12/2025 13:28:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MUNDUS COMERCIAL LTDA
JEFFITON HELDER PORTO SANTOS
CONTRATADA